GETÚLIO VARGAS: POPULISMO RESPONSÁVEL E POLÍTICA EXTERNA PRAGMÁTICA

*Por Carlos Alexandre Klomfahs**



Imagem meramente ilustrativa, gerada por inteligência artificial.

Entre autoritarismo interno e rivalidades globais, Getúlio Vargas praticou a equidistância pragmática: negociou com EUA e Alemanha nazista para conquistar recursos, impulsionar a industrialização e ampliar a autonomia brasileira, usando a diplomacia para transformar a crise mundial em oportunidade de desenvolvimento.

Em tempos de crise política, de valores ou existencial, tanto pessoal quanto coletivamente, é salutar que pessoas e governos voltem seus olhos aos paradoxos da vida e ao seu passado com uma autocrítica positiva: o que podemos aprender com o "eterno retorno" das coisas? O que fizemos de errado? Do que nos olvidamos? O que podemos melhorar?

Vários países fazem isso. Por exemplo, a China revisitou a bússola moral do confucionismo e do taoismo para entender seus paradoxos; a Rússia revisitou suas raízes imperiais, religiosas e soviéticas para entender suas contradições, e os EUA revisitaram politicamente a doutrina Monroe, também buscando entender seus antagonismos.

Talvez possamos também olhar para o passado em busca de entender nossos próprios paradoxos, melhorar o presente e projetar um futuro melhor, que acomode os "interesses

em jogo das classes dominantes" com foco no progresso humano e no nosso propósito sobre o planeta terra.

Pois bem.

A ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930 marcou o início de uma profunda reestruturação política, econômica e institucional no Brasil. No plano externo, o período que antecedeu a Segunda Guerra Mundial impôs à diplomacia brasileira o desafio de navegar em um cenário internacional altamente polarizado, dominado pela disputa de hegemonia entre democracias liberais e regimes totalitários. Longe de adotar uma postura de passividade ou alinhamento ideológico automático, o governo brasileiro instrumentalizou as tensões geopolíticas globais em favor de seu projeto de modernização estrutural e de industrialização nacional.

Diante desse panorama, o presente artigo busca responder à seguinte pergunta de pesquisa: *como Getúlio Vargas jogou habilmente com os interesses comerciais e estratégicos dos EUA e da Alemanha nazista antes da Segunda Guerra Mundial para extrair vantagens econômicas sem sofrer sanções ou intervenções?*

O objetivo geral deste estudo é entender a dinâmica dessa articulação externa, demonstrando como a estratégia de barganha pragmática permitiu a captação de recursos e investimentos estrangeiros essenciais para a infraestrutura nacional, ao mesmo tempo em que preservou a soberania política do Estado Novo frente as pressões das superpotências.

Metodologia

Para responder à questão norteadora e alcançar o objetivo proposto, adotamos uma metodologia de natureza qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica e documental de caráter histórico-analítico. O procedimento metodológico consistiu no levantamento, seleção e análise crítica da produção historiográfica nacional contemporânea e de debates macroeconômicos sobre a Era Vargas, priorizando periódicos indexados na plataforma SciELO e avaliados com alto fator de impacto pelo sistema Qualis-Capes.

O *corpus* analítico foi estruturado a partir de três eixos temáticos essenciais: a centralização político-administrativa do Estado Novo, que conferiu ao poder executivo a autonomia necessária para conduzir os negócios estrangeiros; o pragmatismo econômico em contraposição ao conceito tradicional de populismo; e as formulações teóricas acerca da equidistância pragmática na política externa brasileira.

Os dados textuais e argumentos históricos foram submetidos à análise de conteúdo, permitindo cruzar as diferentes correntes historiográficas para evidenciar os mecanismos de barganha diplomática e as salvaguardas econômicas utilizadas por Vargas entre 1930 e 1945.

INTRODUÇÃO

O contexto dos anos 1930 foi marcado globalmente pela Grande Depressão e pela ascensão de regimes totalitários, enquanto no Brasil a Revolução de 1930 sepultava a hegemonia da política do “café com leite” e abria espaço para a centralização estatal. Diante da forte polarização ideológica da época, dividida entre o fascismo da Ação Integralista Brasileira e o comunismo da Aliança Nacional Libertadora, o governo Vargas utilizou o nacional-desenvolvimentismo como uma terceira via unificadora.

Ao focar na industrialização de base, no crescimento econômico e na concessão de direitos trabalhistas controlados pelo Estado, o regime esvaziou o apelo popular das alas radicais e justificou a repressão institucionalizada, eliminando os extremismos políticos em nome da ordem, da modernização e da segurança nacional.



BRASIL E MUNDO EM PARALELO

Da crise econômica global ao fim do Estado Novo · 1929–1945

PERÍODO	CENÁRIO INTERNACIONAL	BRASIL
1929–1930	1929 — Início da Grande Depressão.	1930 — Vargas assume o Governo Provisório após a Revolução de 1930.
1933–1934	30 jan. 1933 — Hitler é nomeado chanceler da Alemanha.	1934 — Nova Constituição; Vargas é eleito indiretamente.
1937–1939	1939 — Começa a Segunda Guerra Mundial.	10 nov. 1937 — Estado Novo é instaurado. Set. 1939 — Brasil declara neutralidade.
1941–1942	Dez. 1941 — Após Pearl Harbor, os Estados Unidos entram na guerra.	31 ago. 1942 — Brasil declara estado de guerra contra a Alemanha e a Itália.
1944–1945	Set. 1945 — A rendição do Japão encerra a guerra mundial.	Jul. 1944 — Primeiro escalão da FEB chega à Itália. 29 out. 1945 — Vargas é deposto.

FIGURA 1: A cronologia situa em paralelo a crise internacional e os principais marcos do Brasil varguista, da Grande Depressão ao fim do Estado Novo (Imagem gerada com apoio de inteligência artificial).

A relação de Getúlio Vargas com os militares foi o pilar de sustentação de seu poder, baseada em um pacto de modernização das Forças Armadas e centralização política para sufocar dissidências internas. O mesmo pragmatismo institucional que blindava o regime doméstico orientava as ações externas do país, moldando uma diplomacia voltada estritamente aos interesses econômicos nacionais.

Sob essa lógica, o governo Vargas buscou aproximações comerciais e estratégicas com a União Soviética (Rússia) e com a China, superando barreiras ideológicas para diversificar mercados. Essa postura altiva consolidou a tradição diplomática brasileira de autonomia

e busca por vantagens bilaterais, independentemente dos alinhamentos geopolíticos fixos das superpotências.

Com isso se pode inferir que Getúlio Vargas transformou a estrutura político-econômica do Brasil ao liderar a ruptura com as velhas oligarquias cafeicultoras a partir de 1930, centralizando o poder para guiar o país rumo à modernização urbana e industrial.

No campo do desenvolvimento social, seu papel foi marcado por um corporativismo de Estado que, ao mesmo tempo em que reprimia dissidências, antecipava-se às demandas operárias com a criação do salário mínimo, da carteira de trabalho e da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), atrelando os sindicatos ao Ministério do Trabalho para neutralizar conflitos de classe.

Paralelamente, nas relações internacionais, Vargas abandonou o alinhamento automático a uma única potência e adotou uma política de "equidistância pragmática", jogando habilmente com os interesses estratégicos e comerciais dos Estados Unidos e da Alemanha nazista antes da Segunda Guerra Mundial. Essa barganha diplomática permitiu ao Brasil obter vantagens cruciais, como o financiamento da Usina Siderúrgica de Volta Redonda pelos americanos, sem sofrer sanções ou intervenções externas, consolidando a infraestrutura industrial e a soberania geopolítica do país.

APLICAÇÃO DAS TESES SOBRE CENTRALIZAÇÃO E AUTORITARISMO (1930 E 1937)

ERA VARGAS: AUTORITARISMO E REPRESSÃO (1930-1945) (PRESTES, 2011)

A tese central da autora demonstra que a Revolução de 1930 não foi apenas uma transição de poder, mas uma ruptura radical que desestruturou o pacto oligárquico da República Velha para consolidar um Estado fortemente burocrático-militar e centralizador. O estudo prova que a violência institucional e a neutralização de dissidências (tanto de esquerda quanto de direita) foram ferramentas deliberadas e estruturais para a manutenção de Getúlio Vargas no poder.

GETÚLIO VARGAS E O DESENVOLVIMENTO NACIONAL (MENDES, 2007)

O autor defende que a modernização estrutural e institucional do Brasil ocorreu sob a égide de uma ambiguidade política, onde o avanço econômico esteve condicionado ao fortalecimento sem precedentes do poder executivo. Ele explica como a centralização administrativa serviu de alicerce para o projeto de desenvolvimento nacional.

Esse referencial ajuda a demonstrar que a perda de autonomia dos estados federativos foi o preço cobrado pela ditadura do Estado Novo para unificar e modernizar a máquina pública brasileira.

APLICAÇÃO DAS TESES SOBRE TRABALHISMO, ECONOMIA E POPULISMO

ESTADO NOVO DE VARGAS: UM CASO DE POPULISMO ECONÔMICO? (SCHMIDTKE E FONSECA, 2011)

A pesquisa desconstrói a ideia de que o populismo político de Vargas se traduzia em irresponsabilidade fiscal, comprovando por meio de discursos oficiais que a gestão macroeconômica do período foi rígida, austera e focada na estabilidade e no controle do endividamento externo. O artigo serve para contrapor visões generalistas sobre o populismo latino-americano.

A aplicação prática dessa tese serve para demonstrar que o "trabalhismo" funcionava como uma sofisticada linha de frente política para angariar apoio popular, enquanto os bastidores econômicos operavam sob estrito pragmatismo técnico-financeiro.



"POLÍTICA SOCIAL E GESTÃO ECONÔMICA"
Direitos, controle e desenvolvimentismo na Era Vargas

DIMENSÃO	MECANISMOS CITADOS	FUNÇÃO / TENSÃO DISCUTIDA
Proteção social	Salário mínimo, carteira de trabalho, férias remuneradas e CLT (1943)	Ampliação de direitos e incorporação dos trabalhadores.
Relações sindicais	Sindicatos vinculados ao Ministério do Trabalho	Mediação estatal das demandas e controle da organização operária.
Gestão macroeconômica	Austeridade, estabilidade e controle da dívida externa	Pragmatismo fiscal, em contraste com a ideia de populismo irresponsável.
Industrialização de base	CSN / Volta Redonda e Vale	Expansão da indústria e da infraestrutura sob forte direção estatal.

FIGURA 2: A síntese evidencia a tensão discutida no artigo entre a ampliação de direitos e da indústria, o controle estatal do trabalho e o pragmatismo econômico (Imagem gerada com apoio de inteligência artificial).

A ERA VARGAS: DESENVOLVIMENTISMO, ECONOMIA E SOCIEDADE (BASTOS & FONSECA (ORGS.), 2012)

A tese central desta coletânea evidencia que a criação de direitos sociais (como a CLT e o salário mínimo) e a fundação de indústrias de base (CSN e Vale) foram mecanismos de intervenção estatal, planejados para industrializar o país e, simultaneamente, controlar a classe operária.

O livro fundamenta a ideia de que o Estado se antecipou às demandas sociais para atrelar os sindicatos diretamente ao Ministério do Trabalho, neutralizando conflitos de classe e canalizando a força trabalhadora para o projeto de desenvolvimento nacional.

APLICAÇÃO DAS TESES SOBRE POLÍTICA EXTERNA PRAGMÁTICA

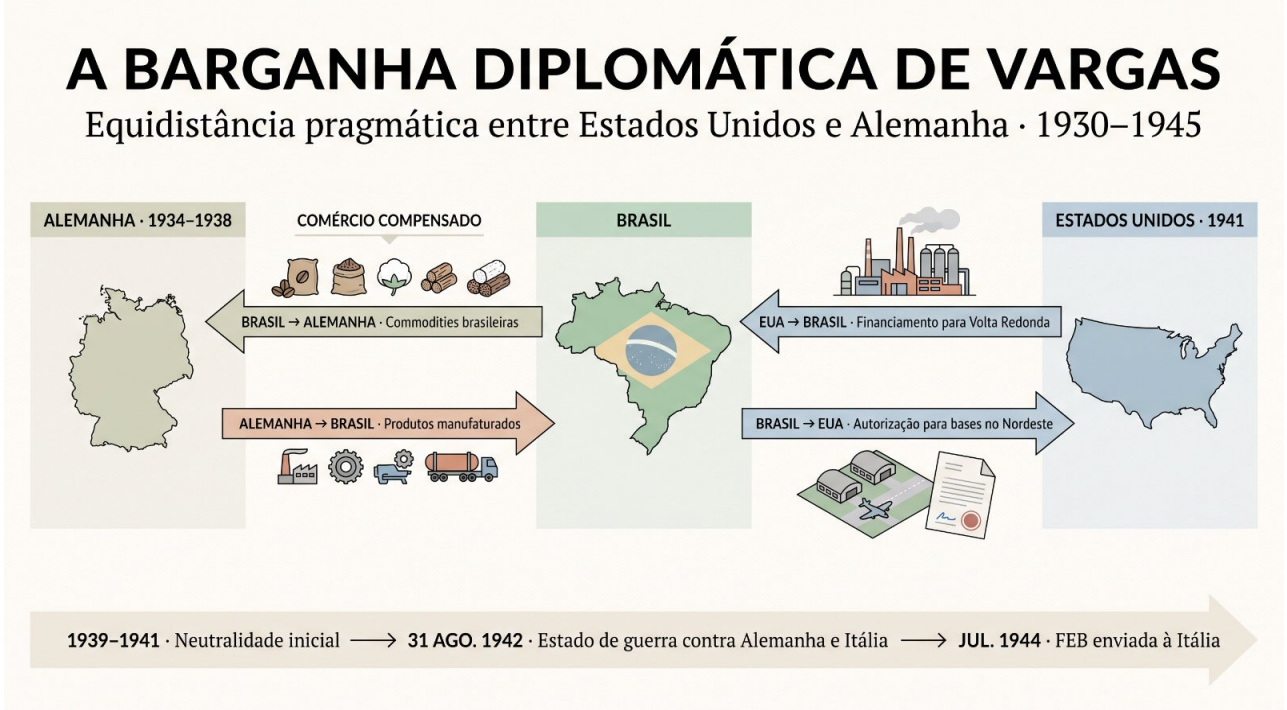


FIGURA 3: O esquema sintetiza a interpretação da equidistância pragmática: Vargas explorou as relações comerciais com a Alemanha e negociou com os Estados Unidos apoio à industrialização e cooperação estratégica, antes de o Brasil entrar na guerra ao lado dos Aliados (Imagem gerada com apoio de inteligência artificial).

A HISTORIOGRAFIA SOBRE A POLÍTICA EXTERNA DE GETÚLIO VARGAS (1930-1945 (QUEIROZ DE CAMPOS, 2012)

O estudo mapeia o debate historiográfico e valida o conceito de "equidistância pragmática", demonstrando que o governo Vargas manipulou estrategicamente a rivalidade global entre os Estados Unidos e a Alemanha nazista para extrair o máximo de vantagens econômicas. O estudo pode sustentar que a neutralidade inicial do Brasil na Segunda Guerra Mundial não foi passividade, mas uma estratégia deliberada de barganha geopolítica que permitiu ao país negociar a partir de uma posição de força com as superpotências.

A POLÍTICA EXTERNA NACIONALISTA DO ESTADO NOVO (1937-1945) (SOUZA, 2011)

A tese defendida vincula diretamente o nacionalismo ideológico interno à postura altiva da diplomacia brasileira no exterior, demonstrando que o apoio militar aos Aliados foi condicionado ao financiamento da Usina Siderúrgica de Volta Redonda.

O artigo prova que a diplomacia varguista soube proteger o país de intervenções externas indesejadas, transformando uma crise global (a guerra) na oportunidade definitiva para consolidar a infraestrutura industrial e a soberania geopolítica do Brasil na América do Sul.

GETÚLIO VARGAS UTILIZOU UM GOLPE DE ESTADO PARA SE MANTER NO PODER?

Na verdade, sua permanência por 15 anos ininterruptos (1930–1945) só foi possível porque ele aplicou e sobreviveu a rupturas institucionais violentas. A trajetória da Era Vargas dividiu-se em manobras políticas e o uso estratégico da força, como veremos a seguir.

A CHEGADA AO PODER (GOLPE DE 1930)

Vargas não assumiu a presidência por vias democráticas regulares. Depois de perder as eleições presidenciais de 1930 para Júlio Prestes, ele liderou a Revolução de 1930, um golpe civil-militar que depôs o presidente Washington Luís e impediu a posse do eleito, instituindo o Governo Provisório.

O AUTOGOLPE DE 1937 (O ESTADO NOVO)

Em 1934, Vargas foi eleito de forma indireta por uma Assembleia Constituinte. Pela lei, ele deveria deixar o cargo em 1938. Para evitar a perda do poder, o governo forjou um documento falso conhecido como Plano Cohen, alegando a iminência de uma insurreição comunista no Brasil. Usando esse pretexto, Getúlio deu um autogolpe de Estado em 10 de novembro de 1937, fechando o Congresso Nacional, cancelando as eleições presidenciais e inaugurando a ditadura do Estado Novo.

OS PILARES DE SUSTENTAÇÃO DO GOVERNO

Apesar de ter recorrido ao autoritarismo e a golpes internos, Vargas conseguiu evitar ser derrubado e barrar intervenções estrangeiras diretas por meio de uma engenharia política brilhante baseada em quatro pilares.

Trabalhismo e Populismo: Getúlio concedeu direitos históricos à classe operária, como o salário mínimo, as férias remuneradas e a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943. Isso garantiu o apelido de “Pai dos Pobres” e uma base massiva de apoio popular que legitimava sua figura, esvaziando a força de greves ou revoltas civis.

Centralização e Repressão: O governo anulou a autonomia dos estados nomeando interventores federais. Opositores políticos foram severamente perseguidos e presos (como comunistas e integralistas). Além disso, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) exercia uma censura implacável na mídia ao mesmo tempo em que cultuava a imagem carismática do presidente.

Aliança com as Forças Armadas: Vargas industrializou o país (com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional e a Vale do Rio Doce) e modernizou a estrutura das Forças Armadas. Ao manter os militares sob forte influência e prestígio institucional, ele garantiu o aparato de força necessário para sufocar revoltas internas, como a Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo e a Intentona Comunista de 1935.

Pragmatismo na Política Externa: Para afastar qualquer risco de intervenção estrangeira, o governo adotou uma política de neutralidade pragmática no início da Segunda Guerra Mundial, negociando tanto com a Alemanha nazista quanto com os Estados Unidos. Quando os EUA ofereceram o financiamento para a construção da indústria de base brasileira, Vargas alinhou-se firmemente aos Aliados, permitindo bases americanas no Nordeste e enviando tropas (a FEB) para combater o fascismo na Europa, mantendo as superpotências como parceiras comerciais e diplomáticas.



FIGURA 4: A centralização articulou administração, informação, relações de trabalho e Forças Armadas, combinando coordenação estatal e industrialização com autoritarismo e controle social (Imagem gerada com apoio de inteligência artificial).

A propósito, veja-se a ironia da História, pois foi justamente a contradição de enviar soldados brasileiros para combater uma ditadura na Europa enquanto o Brasil vivia sob o regime ditatorial do Estado Novo que enfraqueceu Vargas, levando à sua deposição pelos próprios militares em outubro de 1945, a mesma contradição que os EUA enfrentariam no Vietnã.

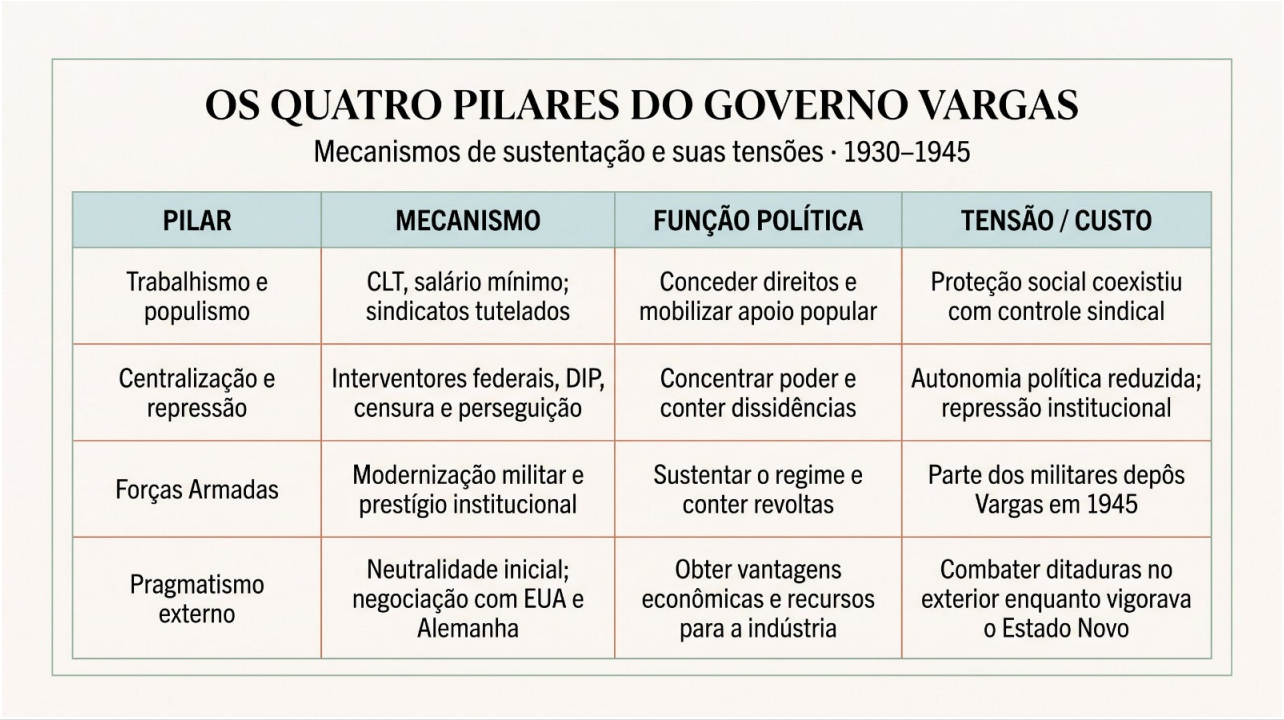


FIGURA 5: Os quatro pilares articulavam mecanismos de apoio e sustentação do regime, mas também expunham tensões entre direitos e controle, modernização e repressão, além da contradição política que contribuiu para a deposição de Vargas em 1945 (Imagem gerada com apoio de inteligência artificial).

CONCLUSÃO

Refletindo sobre as lições da história e do "eterno retorno" das coisas na vida pessoal e coletiva, vislumbra-se que a análise do comportamento internacional do governo de Getúlio Vargas no período que antecedeu a Segunda Guerra Mundial revela que a política externa brasileira foi conduzida com notável sofisticação estratégica e realismo político.

A resposta à pergunta central deste estudo reside no conceito de equidistância pragmática. Com isso se pode afirmar que Vargas soube explorar a dependência comercial que a Alemanha nazista tinha das *commodities* brasileiras através dos marcos compensados e, simultaneamente, o temor geopolítico dos Estados Unidos de uma expansão da influência do Eixo na América do Sul.

Ao transformar a vulnerabilidade regional em uma vantagem de barganha, o Brasil extraiu o financiamento necessário para a consolidação de suas indústrias de base, como a Usina Siderúrgica de Volta Redonda, sem que isso resultasse em sanções econômicas ou intervenções militares de qualquer das potências.

Em suma, o pragmatismo varguista demonstrou que a política externa do Estado Novo não era reflexo de afinidades ideológicas, mas sim uma extensão de seu projeto de desenvolvimento e centralização nacional, consolidando a soberania do país em um dos momentos mais turbulentos da história moderna. Isso demonstra a importância de se conservar a autocrítica na vida particular e pública, sejam pessoas ou países, na vitória

ou na derrota, revisitando sempre os valores tradicionais dos nossos antepassados e o propósito básico da vida sobre o planeta Terra.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Pedro Paulo; **FONSECA**, Pedro Cezar Dutra (org.). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

SCHMIDTKE, Claucir Roberto; **FONSECA**, Pedro Cezar Dutra. *O Estado Novo de Vargas: um caso de populismo econômico?* Revista Brasileira de Economia Política, v. 31, n. 4, p. 621-645, out./dez. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rep/a/dv4pr4CJMfDQR9Jb9BTp5sD/?lang=pt&ilang=pt_BR.

MENDES, Rogério Baptistini. *Getúlio Vargas e o Desenvolvimento Nacional*. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais, Araraquara, v. 31, p. 119-138, jan./jun. 2007. UNESP.

PRESTES, Anita Leocádia. *Era Vargas: autoritarismo e repressão (1930-1945)*. São Paulo: Memorial da Resistência de São Paulo, 2011. Disponível em: https://memorialdaresistenciasp.org.br/wp-content/uploads/2021/03/2011_Era-Vargas-Autoritarismo-e-repressao.pdf.

CAMPOS, Filipe Queiroz de. *A Historiografia sobre a política Externa de Getúlio Vargas entre 1930 e 1945: Uma problematização*. Faces de Clio, v. 8 n. 16 (2022). Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/facesdeclio/article/view/38912.

SOUZA, Bruno Mendelski de. *A política externa nacionalista do Estado Novo (1937-1945)*. Revista Videre vol 2, nº 4, 29 de abril de 2011. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/videre/article/view/861.

***Carlos Alexandre Klomfahs** é advogado, especialista em Direito Internacional dos Conflitos Armados e operador de Inteligência. Egresso curso de geopolítica da ECEME e estratégia marítima da Escola de Guerra Naval. É mestrando no Programa de Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa (PPGSID) da Escola Superior de Guerra.*